



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2016
ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2016
SEI nº 2083-30.2016.6.27.8000

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, E
A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

A **União**, por meio do **Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE-TO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.789.902/0001-72, com sede na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 1 e 2, Palmas/TO e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ/MF sob o n.º XXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXX, CEP. XXXXXXXX, XXXX/XX, Telefone: (XX) XXXXXXXX, doravante denominados CONTRATANTE e CONTRATADA, representado, o primeiro por seu Diretor-Geral — **Flávio Leali Ribeiro**, brasileiro, separado, portador do documento de identidade nº M 5.387.661 SSP/MG e do CPF nº 718.916.766/87 — e pelo Secretário de Administração e Orçamento — **Teodomiro Fernandes Amorim**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade nº 1.522.273 SSP/GO e do CPF nº 094.110.381-15 —, e a segunda pelo(a) o Senhor(a) **XXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), casado(a), portador(a) da carteira de identidade nº XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, resolvem celebrar o presente Contrato, sob o nº XX/2016, decorrente da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 61/2016, tipo MENOR PREÇO, autorizado nos autos do Processo Administrativo Eletrônico n.º 2083-30.2016.6.27.8000, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, com fundamento nas Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Prestação de serviços de táxi aéreo, para atender às demandas do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins relativas às Eleições de 2016, conforme descrito no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 61/2016, parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

1.2 O objeto do presente instrumento será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Os serviços serão prestados de forma direta pela contratada, com a utilização de aeronaves e pessoal próprio.

2.2 Os serviços serão prestados no período de 01/09/2016 a 10/10/2016, sendo que as aeronaves ficarão à disposição exclusiva do Tribunal nas datas abaixo especificadas:

- a) 01/10/2016 - 2 (duas) aeronaves a partir das 6 horas da manhã, para ser utilizada no recolhimento da urna eletrônica da votação paralela e atendimento de outras necessidades.
- b) 02/10/2016 - 1 (uma) aeronave a partir das 6 horas da manhã, para atendimento de qualquer demanda relacionada ao pleito eleitoral.

2.3 A contratada deverá transportar, a pedido do Tribunal, todo e quaisquer equipamentos, material e pessoal necessário à realização do serviço que motiva a contratação, respeitando as normas e restrições impostas pelo poder público, em especial pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

2.4 Para atender os serviços, a aeronave deverá se deslocar de Palmas para qualquer ponto do Estado do Tocantins dotado de pista de pouso e decolagem e, em horário que haja tempo suficiente para decolagem de localidade com pista sem iluminação.

2.5 A tripulação da aeronave deverá ser composta, de piloto e co-piloto, ficando a cargo do Tribunal a dispensa do co-piloto, somente se entender a necessidade de transporte de servidor e/ou material imprescindíveis, ainda assim, se na data do deslocamento tal procedimento atender as normas vigentes da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

2.6 Deverá ser indicado o local e a forma de contato em sua sede para atendimento das requisições de voo, devendo a aeronave estar à disposição do TRE em no máximo 24 horas após a solicitação, exceto nos dias 01 e 02/10/2016, quando as solicitações deverão ser atendidas no prazo máximo de 1 hora.

2.7 Os deslocamentos da aeronave dar-se-ão sempre a partir de Palmas/TO, não se computando para efeito de pagamento, qualquer trecho que o anteceda, como por exemplo, deslocamento da sede da empresa até a Capital, Palmas.

2.8 As aeronaves deverão possuir cobertura de seguro nos termos da legislação pertinente.

2.9 Aeronaves tipo bimotor em perfeitas condições de uso, com no mínimo 4 (quatro) assentos destinados a passageiros.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

3.1 Pela execução dos serviços, a Contratada receberá valor equivalente a “hora-voo”, onde o preço de cada “hora-voo” será de R\$ 0,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

3.2 Não havendo deslocamento nos dias 01 e 02/10/2016 ou havendo utilização inferior a 1h30min (uma hora e trinta minutos), será pago à contratada o valor referente à 1h30min (uma hora e trinta minutos) de voo por aeronave por dia.

3.3 Tendo por base o item 5 do Termo de Referência (Anexo I do Pregão nº XX/2016), que estima a quantidade de horas de voo em 12 (doze) horas, o valor da presente contratação é de R\$ 0,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

3.4 Os preços avençados não serão reajustados durante a vigência contratual.

3.5 O pagamento será efetuado à contratada até o 5º dia útil a partir da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente acompanhada dos documentos “REQUISIÇÃO DE VOO” e “RELATÓRIO DE VIAGEM” referente aos deslocamentos discriminados no corpo do documento fiscal, devidamente atestada pelo servidor encarregado da fiscalização dos serviços.

3.6 Para liquidação da despesa, a contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, certidões de regularidade com a previdência social - CND/INSS e com o FGTS, em plena validade.

3.7 Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas.

3.8 Sendo a Contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante do SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura cópia do comprovante respectivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 A presente contratação tem vigência, a partir da sua assinatura, até 31/10/2016.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrá à conta dos recursos consignados ao Contratante no Orçamento Geral da União, na Dotação Orçamentária 02.061.0570.4269.0001 – Pleitos Eleitorais, e Elemento de Despesa 3.3.3.9.0.33.03 – Passagens e Despesa com Locomoção / Locação de Meios de Transportes.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 A Contratada se compromete a:

- a) Atender às requisições formuladas pelo Contratante;
- b) Assumir plena responsabilidade legal, administrativa e técnica pela execução e qualidade dos serviços;
- c) Colocar a aeronave em perfeitas e adequadas condições de voo, fornecendo combustíveis, lubrificantes, bem como realizar todas as inspeções, revisões necessárias ao perfeito funcionamento da aeronave;
 - c1) Em caso de defeitos na aeronave que impossibilite condições perfeitas e adequadas de voo, a aeronave deverá ser substituída por outra com as mesmas especificações em até 2(duas) horas a contar da comunicação do fato.
- d) Observar todos os procedimentos de voo, obedecendo rigorosamente o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986), as recomendações de segurança da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e demais regulamentações aplicáveis ao serviço de aviação;
- e) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, incluindo as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como, salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo governo;
- f) Responsabilizar-se por toda e qualquer indenização por danos causados ao TRE/TO ou a terceiros durante a prestação dos serviços contratados;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Apresentar a aeronave devidamente equipada com instrumentos para voos de acordo com as exigências estabelecidas pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;
- i) Os tripulantes responsáveis pelo comando da aeronave deverão possuir habilitação técnica compatível para o tipo de aeronave;
- j) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- k) Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, prestando os esclarecimentos que julgarem necessários;
- l) Indicar o local e a forma de contato em sua sede para o recebimento/atendimento das requisições de voo;
- m) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 O Contratante se compromete a:

- a) Formular a requisição de voos de acordo com a necessidade do TRE/TO;
- b) Promover, por meio de servidor especialmente designado, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas em relação à CONTRATADA;
- c) Realizar o pagamento dos serviços prestados na forma e condições pactuadas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 O atraso injustificado para o início da execução dos serviços, sujeitará a Contratada à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

- a) em caso de atraso de até 03 (três) horas, em relação ao horário estabelecido para que a aeronave esteja à disposição do TRE/TO, multa de 2% sobre o valor total contratado por hora de atraso;
- b) o atraso superior a 03 (três) horas poderá ser considerado como inexecução total da obrigação.

7.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, ou pela inexecução das condições estipuladas, atrasos, omissão ou outras falhas, a Contratada ficará sujeita às penalidades de:

- a) advertência por escrito à Contratada sobre o descumprimento das obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa compensatória no percentual de até 15% (quinze por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

7.3 O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

7.4 A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato.

7.5 As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente.

7.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo nos autos do processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) judicial, nos termos da legislação em vigor.

8.2 A rescisão do Contrato obedecerá ao que preceituam os artigos 77 a 80, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

9.1 A fiscalização e acompanhamentos dos serviços ficarão a cargo da Seção de Segurança e Transportes da Coordenadoria de Serviços Gerais. Caberá à Secretaria de Administração e Orçamento autorizar os deslocamentos, devendo para tanto utilizar o documento “REQUISIÇÃO DE VOO”, conforme modelo I em anexo.

9.2 O servidor encarregado da diligência deverá preencher o documento “RELATÓRIO DE VIAGEM”, conforme modelo II em anexo, o qual será assinado em conjunto com o comandante da aeronave.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Palmas, capital do Estado do Tocantins, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Tocantins, Seccional Palmas, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

Por estarem de acordo, assinam as partes este instrumento contratual por meio do Sistema Eletrônico de Informações da CONTRATANTE.

Palmas - TO, ____ de junho de 2016.

FLÁVIO LEALI RIBEIRO
Diretor Geral / TRE-TO

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM
Secretário de Administração e Orçamento / TRE-TO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante da Contratada